

## CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



O ato de votar não é barato: bilhões em jogo

## Além das fake news, as fake contas

Fundo partidário, orçamento secreto, impulsionamento de campanhas digitais. Além do controle das fake news, há um outro ponto que merecerá atenção especial da Justiça Eleitoral nas eleições deste ano: a contabilidade das campanhas. Nesta quarta-feira (24), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fará em Brasília um seminário para discutir o desafio da transparência nas contas eleitorais. O encontro vai reunir representantes do Tribunal Superior Eleitoral, da Casa Civil da Presidência e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no auditório do CFC. É uma discussão bem longe de ser banal. O Fundo Eleitoral repassa nada menos que R\$ 5 bilhões aos partidos. Que têm mais R\$ 1 bilhão do Fundo Partidário.

## Se não para o bolso, para campanha

Há ainda a farta distribuição do chamado orçamento secreto. As investigações que vêm sendo conduzidas sob o comando do ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal (STF) apontam que boa parte do dinheiro dessas emendas, se não se desvia para o bolso dos envolvidos, tem financiado campanhas eleitorais. O parlamentar destino o dinheiro para o município, e, com ele, o prefeito azeita a contratação dos esquemas eleitorais.

CFC



CFC entra na discussão das contas eleitorais

## Publicidade digital e fake news

Em certos casos, os problemas se conectam. Se hoje o TSE está especialmente preocupado com a propagação de fake news, no caso da contabilidade das campanhas, há um foco grande em torno da comprovação dos gastos com publicidade digital. De um modo geral, o coordenador da Comissão Nacional de Contabilidade Eleitoral do CFC, Guilherme Guimarães, explicou ao Correio Político que há hoje maior rigor nos mecanismos de fiscalização para garantir maior transparência e velocidade na comprovação dos gastos eleitorais.

## Prova material do gasto

"Atualmente, a Justiça Eleitoral trabalha com mecanismos de fiscalização cada vez mais integrados e automatizados", afirmou Guimarães. "Candidatos, partidos e profissionais envolvidos precisam manter controle rigoroso sobre arrecadações, despesas e documentação comprobatória", a chamada prova material do gasto. Do contrário, pode haver rejeição das contas.

POR RUDOLFO LAGO

## Rejeição

Segundo Guilherme Guimarães, as principais causas de desaprovação ou rejeição das contas costumam estar relacionadas ao recebimento de recursos de origem não identificada, utilização de recursos de fontes vedadas, ausência de documentação e divergências nos registros contábeis.

## Fundos

De acordo com o coordenador do CFC, os Fundos Eleitoral e de Campanha viraram duas das maiores preocupações. Os recusos estão sendo destinados corretamente? Há comprovação dos gastos realizados? Estão cumpridas as quotas de raça, etnia e gênero? As sobras financeiras são corretamente devolvidas?

## Digital

Diz Guimarães que a publicidade digital será um dos pontos principais de atenção. Hoje, tornaram-se a principal forma de campanha eleitoral. E há toda uma legislação específica para isso. Campanhas eleitorais têm restrições, por exemplo, para impulsionar conteúdo patrocinado e para fazer engajamento pago.

## Cruzamento

A tecnologia, afirma Guilherme Guimarães, tem sido ferramenta importante. "Os sistemas da Justiça Eleitoral permitem o cruzamento automático de informações bancárias, fiscais, cadastrais e financeiras, reduzindo significativamente a possibilidade de inconsistências passarem despercebidas", considera o coordenador.

## Planejamento

Para Guimarães, há ainda um ponto que deveria merecer maior cuidado dos mecanismos de controle financeiro das campanhas: o planejamento contábil e financeiro pré-eleitoral. "A experiência demonstra que as campanhas mais seguras são aquelas que realizam planejamento antecipado", defende.

## Gestão

Guilherme Guimarães considera que a campanha deste ano pode ser um ponto de virada, no qual o profissional da contabilidade deixa de atuar apenas na prestação de contas e passa a exercer papel estratégico na gestão, transparência e segurança das campanhas. O desafio não é pequeno.



Joseli foi o comandante do avião presidencial de Lula

## STM avalia se mantém ex-piloto de Lula em processo

Tribunal avalia questionamento da defesa de Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

O plenário do Superior Tribunal Militar (STM) julga, nesta quarta-feira (24), um recurso da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) acerca dos julgamentos que podem levar à perda da sua patente de capitão, após a condenação do Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

Segundo os advogados de Bolsonaro, o vice-presidente do STM, ministro tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo, não está apto e não tem condições de participar do julgamento do caso com imparcialidade devido a seu histórico com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Francisco Parente Camelo foi o comandante do avião presidencial durante o primeiro e segundo mandatos de Lula, assim como no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Como ele atuou como piloto responsável pela aeronave presidencial por 12 anos, a defesa do ex-presidente alega que isso o tornaria parcial no julgamento. A presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, negou o pedido liminarmente e manifestou que não impactaria o julgamento do caso. Agora, o restante do plenário julgará o recurso, e a tendência é que mantenha o entendimento de Maria Elizabeth.

Questionada pelo Correio da

Manhã, a assessoria do Superior Tribunal Militar informou que o julgamento desta quarta-feira é técnico, sem mérito do processo. Além disso, caso a Corte acate o recurso apresentado pelo ex-presidente e defina pelo afastamento do tenente-brigadeiro do ar do caso, o processo se dará com um ministro a menos, pois não há ministro substituto na Corte.

Em fevereiro, o STM recebeu uma denúncia do Ministério Público Militar (MPM) determinando a perda do posto e da patente de Jair Bolsonaro (PL), capitão da reserva do Exército, e outros quatro militares condenados pelo STF por integrarem o grupo principal do plano de tentativa de golpe de Estado. São eles: o general da reserva Walter Souza Braga Netto, o almirante da reserva Almir Garnier Santos, o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira e o general Augusto Heleno Ribeiro. Vale destacar que o Tribunal não reexamina as condenações criminais já transitadas em julgado, apenas avalia se as condutas praticadas são compatíveis com o decoro exigido para que enverguem suas fardas e mantenham as suas patentes.

O STM explicou que os ministros relatores de cada processo estão na fase de análise para preparação dos seus votos. Até o momento, nenhum ministro e nenhum revisor apresentou seus votos, tampouco há um prazo definido para isso.